

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de ata**

**3. Comunicações do Presidente**

3.1. Apreciação na especialidade das propostas de alteração apresentadas no âmbito da [Apreciação Parlamentar n.º 126/XIII/4.ª](#), da [Apreciação Parlamentar n.º 127/XIII/4.ª](#) e da [Apreciação Parlamentar n.º 129/XIII/4.ª](#)

3.2. Relatório sobre “ [Portugal na União Europeia 2018](#)”

3.3. Alteração da 4.ª audição regimental do MCTES

**4. Audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, nos termos do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República – 15h00**

5. Votação na especialidade das propostas de alteração apresentadas no âmbito da [Apreciação Parlamentar n.º 67/XIII/3.ª](#) e da [Apreciação Parlamentar n.º 68/XIII/4.ª](#)

6. Requerimento do GP do PS para a audição do Ministro das Finanças sobre o impacto orçamental dos modelos de recuperação do tempo serviço na carreira dos docentes dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, cuja contagem do tempo de serviço esteve congelada em anos anteriores

**7. Outros assuntos**

**8. Data da próxima reunião**

---

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP, tendo o ponto 5 sido adiado a pedido do PCP.

## 2. Aprovação de ata

## 3. Comunicações do Presidente

### 3.1. Apreciação na especialidade das propostas de alteração apresentadas no âmbito da [Apreciação Parlamentar n.º 126/XIII/4.ª](#), da [Apreciação Parlamentar n.º 127/XIII/4.ª](#) e da [Apreciação Parlamentar n.º 129/XIII/4.ª](#)

Sobre esta questão, o Presidente da Comissão questionou os Deputados acerca da eventual conexão deste ponto com o ponto 6 da Ordem de Trabalhos: “Requerimento do GP do PS para a audição do Ministro das Finanças sobre o impacto orçamental dos modelos de recuperação do tempo serviço na carreira dos docentes dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, cuja contagem do tempo de serviço esteve congelada em anos anteriores”.

Relativamente a estas iniciativas, que baixaram à Comissão em 16 de abril, foi considerado desnecessário voltar a consultar o Ministério da Educação e as entidades do setor, que já se pronunciaram sobre esta matéria.

A Deputada Ana Mesquita (do PCP) disse que seria desejável se a discussão e votação na especialidade fosse realizada com a brevidade possível, nomeadamente já no dia 3 de maio. O objetivo – referiu - seria que este processo estivesse concluído antes da interrupção da AR para as eleições Europeias.

Sobre a questão colocada pelo Presidente, o PCP disse que, se for essa a intenção do proponente do requerimento, não se opõe a que a audição do Ministro das Finanças ocorra no âmbito deste processo, desde que esta seja realizada com carácter de urgência.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu igualmente que sobre esta matéria já se pronunciaram o Governo e os sindicatos. Sobre a audição do Ministro das Finanças, sublinhou que era importante que esta se possa realizar em tempo útil.

O Deputado Pedro Alves (PSD) também considerou desnecessário voltar a ouvir entidades sobre esta matéria, posições que são bem conhecidas dos Deputados. Sobre a audição do Ministro das Finanças, manifestou dúvidas sobre o contributo que o membro do Governo viria dar, atendendo a que não tem respondido aos requerimentos apresentados por este Grupo Parlamentar. E também realçou que a eventual vinda deste governante não pode condicionar os prazos para a apreciação deste processo.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu igualmente ter pedido contas detalhadas ao Governo. Vendo esta iniciativa do PS de requerer a audição do Ministro das Finanças como uma última oportunidade para que esta informação seja prestada. Reconhecendo que os assuntos estão interligados, concorda que o Ministro das Finanças venha à AR mas desde que não comprometa o calendário de conclusão deste processo, nomeadamente para que a votação final global deste processo de apreciação parlamentar ocorra até ao dia 15 de maio. É neste contexto que o CDS-PP concorda com a vinda do governante.

O Deputado Porfírio Silva (do PS) também concordou quanto à desnecessidade de se voltarem a auscultar entidades que já se pronunciaram várias vezes. Quanto ao momento da audição solicitada pelo requerimento do ponto 6 (da Ordem de Trabalhos), manifestou a expectativa de que o agendamento da audição não comprometa o calendário e que possa ser rápida a vinda deste governante. E justificou o requerimento com o facto de haver grupos parlamentares que consideram haver falta de informação sobre a matéria em causa. Concorda que este processo deve ficar concluído antes da interrupção para as eleições Europeias mas pensa que o dia 3 de maio é demasiado apressado.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) defendeu a data do dia 3 para iniciar a discussão na especialidade, pois lembra que estes processos são complexos e podem prolongar-se, alertando para os riscos de se adiar o processo.

A seguinte proposta de tramitação para a apreciação na especialidade das propostas de alteração apresentadas no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 126/XIII/4.ª, da Apreciação Parlamentar n.º 127/XIII/4.ª e da Apreciação Parlamentar n.º 129/XIII/4.ª foi votada por unanimidade:

- ✓ Dispensar-se a solicitação de pareceres a mais entidades;
- ✓ Fixação de data para discussão e votação na especialidade até 3 de maio.

### **3.2. Relatório sobre “ [Portugal na União Europeia 2018](#)”**

O Presidente informou que este relatório era distribuído ao Grupo Parlamentar do PCP, que deveria indicar um Deputado relator para o efeito.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) solicitou que se revissem as regras de distribuição destas iniciativas, pois era o quarto ano consecutivo em que este relatório cabia ao PCP.

O Presidente informou que tinham sido cumpridas as regras de distribuição de iniciativas definidas em comissão, tendo ainda informado que o parecer deveria ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus até 15 de maio.

### **3.3. Alteração da 4.ª audição regimental do MCTES**

O Presidente explicou que a audição com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior estava marcada para o dia 25 de junho mas que, em virtude do agendamento das Jornadas Parlamentares do PS para os dias 24 e 25 de junho, a audição teria de ser reagendada, indo diligenciar nesse sentido.

#### **4. Audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, nos termos do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República – 15h00**

O Presidente deu as boas vindas ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, bem como ao Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Sobrinho Teixeira.

A audição começou com a intervenção do Deputado Porfírio Silva (PS), que referiu a importância do trabalho feito ao nível do alojamento para estudantes do Ensino Superior e, por outro lado, a questão do acesso ao Ensino Superior, nomeadamente no que diz respeito aos alunos das vias profissionalizantes e das vias artísticas.

O Deputado do PS colocou questões relativamente à estratégia do emprego científico, solicitando números relativamente aos vetores a esta estratégia, como, por exemplo, ao nível dos concursos abertos e contratos celebrados, da avaliação de unidades I&D, dos contratos de emprego científico relativamente aos concursos individuais dos anos anteriores ou do impacto do regime transitório para requalificação do corpo docente no ensino politécnico.

Também abordou a questão da revisão do estatuto do bolseiro, nomeadamente se o novo enquadramento das bolsas de pós-doc iria, como algumas notícias têm vindo a veicular, prolongar os problemas de precariedade que no passado estavam associados a estas bolsas.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior falou do aumento dos alunos do Ensino Superior, referindo a ambição de prosseguir esta trajetória, aqui se enquadrando, por exemplo, as iniciativas para promover o alojamento para estudantes do ES e as iniciativas no âmbito da Ação Social Escolar (ASE), matéria em que adiantou alguns números.

Falou também do Grupo de Trabalho criado em dezembro de 2018 para se debruçar sobre a diversificação das fontes de acesso ao ES e sobre um primeiro estudo apresentado neste âmbito.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior também falou sobre o emprego científico, adiantando números, nomeadamente sobre a abertura de mais de 5 mil concursos, com mais de 3400 contratos celebrados.

A Deputada Margarida Salseiro Lopes (PSD) falou sobre o alojamento estudantil, apreciando negativamente o balanço do Governo nesta matéria, com muitos anúncios e poucos resultados práticos.

Colocou algumas questões: Com que resultados se compromete o Governo, nomeadamente ao nível do número de camas da responsabilidade do Estado e quando estarão prontas? Quantas camas adicionais estarão prontas em setembro?

Um outro tema abordado foi sobre o acesso ao Ensino Superior, perguntando qual a visão do Governo relativamente a esta matéria, nomeadamente no que diz respeito aos alunos do ensino profissional, questionando também se as alterações pretendidas já estarão em vigor para o próximo ano letivo.

O Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior falou sobre o plano de alojamento para estudantes do ES, precisando estar em causa um plano a 10 anos, que pretende duplicar a oferta em termos de alojamento, e que na primeira fase vai intervir em mais de 11 mil camas, devendo esta fase estar concluída daqui a 4 anos. Deu detalhes sobre alguns dos imóveis cujas intervenções estão a iniciar ou em vias de iniciar.

Relativamente ao número de camas que estarão disponíveis em setembro, foi realçada a dificuldade de apontar um número, na medida em que este é um esforço que depende de várias outras instituições que intervêm neste domínio (IES, autarquias e Estado).

Sobre o número de imóveis que são do Estado, referiu que das cerca de 11,500 mil novas camas, cerca de metade vão ser da intervenção do Estado.

O Deputado Luís Monteiro (BE) colocou três questões.

Uma primeira sobre o combate à precariedade, nomeadamente através do PREVPAP, tendo indicado como preocupante os números públicos sobre esta matéria: dos 6891 requerimentos no setor do Ensino Superior e da ciência, existem, segundo o Deputado, 170 com edital lançado ou contrato assinado (dois dos quais para a carreira científica).

Também fez referência ao Decreto-Lei 57, manifestando, a este nível, preocupação por parte destes contratos que estarem a ser utilizados para dar aulas “de borla”.

Por outro lado, foi sublinhado haver problemas ao nível da forma como o ministério decidiu lançar a discussão sobre a revisão da carreira de investigação científica e da revisão do estatuto do bolseiro de investigação, criticando o facto de o Governo vir dizer agora dizer que nunca foi sua intenção acabar com a figura do bolseiro de pós-doc, quando, segundo o Deputado do BE, dizia o contrário nas duas primeiras sessões da legislatura.

Sobre o alojamento estudantil, notou que se sabe pouco sobre o programa nacional do alojamento e questionou o Governo sobre declarações que davam a entender que os alojamentos estudantis podiam ser usados para alojamento turístico no Verão.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior voltou a abordar a questão do emprego científico, tendo sublinhado que o PREVPAP constitui uma das medidas a este nível, tendo o Governo preocupação em diversificar os instrumentos de emprego a este nível.

O Ministro informou que as reuniões de deliberação do PREVPAP estão concluídas (desde o início de abril). Referiu que o número de requerimentos validados foi inferior ao referido pelo Deputado do BE, tendo sido regularizados 1292 funcionários não docentes ou não investigadores (37% do total de requerimentos para funcionários), 101 docentes (97% dos requerimentos que denunciavam incumprimento do Estatuto da Carreira Docente) e 166 investigadores (17% dos requerimentos apreciados).

O Ministro apresentou ainda dados sobre o processo de formação dos contratos. Sobre o emprego científico, reiterou que esta é apenas uma das suas dimensões. A este nível, sublinhou ainda o aumento do número de docentes de carreira do Ensino Superior.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) também abordou o tema do emprego científico, tendo suscitado questões sobre os laboratórios do Estado, nomeadamente sobre a integração dos investigadores ser feita em carreiras de investigação (que, segundo a Deputada do CDS-PP, é o que eles são) ou em carreiras em funções técnicas (que não são). E deixou a pergunta de qual a política de emprego científico do Governo se os próprios laboratórios do Estado não a aplicam.

Outra das questões a floradas foi sobre o acesso ao Ensino Superior, nomeadamente no que tange com o ensino profissional. E falou das implicações que parecem decorrer da política que está a ser desenhada pelo Governo, colocando duas questões práticas em torno dos exames de acesso para os alunos do ensino profissional e os alunos do ensino regular, sugerindo que se estão a criar novas discriminações.

A Deputada Ana Rita Bessa falou ainda da questão das vagas que o grupo de trabalho tinha ficado de analisar, colocando a questão de as instituições do Ensino Superior terem de preparar a abertura do próximo ano letivo e que, neste âmbito, além das condicionantes financeiras, faria sentido que soubessem o recorte de vagas que lhes irá caber.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior começou por ser referir à questão do emprego científico no laboratório de Estado. E refere que, por uma questão de equidade, esta é uma situação que carece de uma análise detalhada. E falou de casos em que o vínculo de funções técnicas se reportam a atividades de investigação, mas outras situações há em que isso não acontece. É neste contexto que surgiu a necessidade de harmonizar critérios, dando, para o efeito, alguns exemplos. Segundo o Ministro, este processo, que se contra a ser feito nominalmente, encontra-se perto do seu término. Nalguns laboratórios de Estado, o acesso a carreira de investigação tem, nos termos da lei, inclusivamente de ser feita por concurso.

A Deputada Ana Mesquita (do PCP) contestou a visão tranquila que o Ministro tentou veicular. E realçou alguns números do PREVPAP, como os 84% dos docentes com parecer desfavorável e 83% dos investigadores com pareceres desfavoráveis. Sublinhando estar-se a falar de vidas concretas, a Deputada leu um email enviado por um cidadão que se encontra há onze anos a lecionar no Ensino Superior enquanto precário.

A Deputada lembrou também a situação dos precários da Universidade do Algarve, criticando a reversão de 16 dos 19 requerimentos dos investigadores que tinham obtido parecer favorável à sua integração, reputando a situação de vergonhosa. Quanto à harmonização de que o Ministro falou, deixou a ideia que a política que está a ser seguida é a de nivelar por baixo.

Sobre o emprego científico e a norma transitória, a Deputada do PCP referiu-se aos bolseiros de fundos públicos não financiados pela FCT: “quantos são?”, “quantos tiveram concursos abertos?”, “quantos não foram contratados?”, “o que lhes aconteceu?”.

A terminar, a Deputada falou ainda sobre o alojamento do Ensino Superior, manifestando preocupação pela falta de ambição do plano sobre esta matéria, perguntando quantas camas estarão disponíveis já no próximo ano letivo.

Em resposta, o Ministro falou sobre a regularização do PREVPAP e sobre os passos necessários que devem ser respeitados neste processo (como as audiências prévias), que ajudam a explicar o tempo decorrido.

Sobre o caso da Universidade do Algarve, precisou que houve outras universidades em que houve reapreciação, por vezes no sentido das instituições, por vezes contrário a estas. Mesmo no caso da Universidade do Algarve, foi isto que aconteceu, segundo explicou.

Sobre os casos concretos referidos, o Ministro explicitou que o tempo demorado também se prende com o respeito com os casos concretos (refletido nas mais de 150 reuniões de trabalho).

Sobre a situação genérica do emprego científico, o Ministro reiterou os números já referidos, como os mais de 1400 concursos abertos, preocupando-o é que alguns destes estejam a ficar sem candidatos.

Iniciada a 2.ª ronda de perguntas, intervieram a Deputada Odete João (PS), Laura Magalhães (PSD), Luís Monteiro (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), tendo o Ministro respondido individualmente às questões colocadas.

Na 3.ª ronda de intervenções usaram da palavra treze Deputados. Numa primeira parte, intervieram os Deputados Elza Pais (PS), Liliana Silva (PSD), Luís Monteiro (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Diana Ferreira (PCP) e Lara Martinho (PS). Numa segunda parte, intervieram as Deputadas Sara Madruga da Costa (PSD), Ana Mesquita (PCP), Odete João (PS), o Deputado Duarte Marques (PSD), Álvaro Batista (PSD), Porfírio Silva (PS) e Nilza de Sena (PSD). O Ministro respondeu a seguir às questões colocadas em cada uma das partes.

## **5. Votação na especialidade das propostas de alteração apresentadas no âmbito da [Apreciação Parlamentar n.º 67/XIII/3.ª](#) e da [Apreciação Parlamentar n.º 68/XIII/4.ª](#)**

Ponto adiado, a pedido do PCP.

## **6. Requerimento do GP do PS para a audição do Ministro das Finanças sobre o impacto orçamental dos modelos de recuperação do tempo serviço na carreira dos docentes dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, cuja contagem do tempo de serviço esteve congelada em anos anteriores**

O Deputado Porfírio Silva (PS) apresentou o requerimento, que justificou como uma forma de colmatar uma situação que alguns grupos parlamentares consideraram ser de falta de informação sobre o cálculo do impacto orçamental desta medida.

Tendo intervindo as Deputadas Margarida Mano (PSD), Ana Mesquita (PCP), Joana Mortágua (BE) e o Deputado Pedro Alves (PSD), que salientaram que o Ministro já poderia ter adiantado a informação em falta momento anterior, nomeadamente em resposta a questões já colocadas por escrito, não devendo o processo de apreciação na especialidade ficar dependente da audição requerida.

O Deputado Porfírio Silva (PS) voltou a usar da palavra, reforçando os termos em que foi apresentado o requerimento. A Deputada Susana Amador (PS) também interveio para sublinhar o interesse deste grupo parlamentar em ouvir o Ministro das Finanças sobre este assunto, naturalmente adequando a data da audição aos tempos da apreciação na especialidade.

O Presidente sumariou o teor das intervenções, realçando que nenhum dos grupos parlamentares i) pretende que a audição interfira nos tempos de apreciação na especialidade e ii) todos, com exceção do PCP, manifestaram acordo quanto à realização da audição.

Sobre os precisos termos do que se iria votar, voltaram a intervir as Deputadas Ana Mesquita (PSP) e Margarida Mano (PSD), o Deputado Porfírio Silva (PS), bem como o Deputado Pedro Pimpão (PSD).

Antes de se votar o requerimento, foi votada, por unanimidade, a proposta de tramitação para a apreciação na especialidade das propostas de alteração apresentadas no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 126/XIII/4.ª, da Apreciação Parlamentar n.º 127/XIII/4.ª e da Apreciação Parlamentar n.º 129/XIII/4.ª, nos seguintes termos:

- ✓ Dispensar-se a solicitação de pareceres a mais entidades;
- ✓ Fixação de data para discussão e votação na especialidade até 3 de maio.

O requerimento para audição do Ministro das Finanças foi aprovado com os votos favoráveis dos grupos parlamentares do PSD, PS, BE e CDS-PP e a abstenção do PCP.

## **7. Outros assuntos**



## 8. Data da próxima reunião

A data da próxima reunião ficou definida para o dia 24 de abril, às 15h00.

A reunião foi encerrada às 19:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de abril de 2019

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'A. Quintanilha', is centered on the page.

**(Alexandre Quintanilha)**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha  
Álvaro Batista  
Ana Mesquita  
Ana Rita Bessa  
Ana Sofia Bettencourt  
Ivan Gonçalves  
Joana Mortágua  
Laura Monteiro Magalhães  
Luís Monteiro  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Germana Rocha  
Maria Manuel Leitão Marques  
Maria Manuela Tender  
Nilza de Sena  
Pedro Alves  
Pedro Pimpão  
Porfírio Silva  
Sandra Pontedeira  
Sónia Fertuzinhos  
Susana Amador  
Ana Passos  
Diana Ferreira  
Duarte Marques  
Elza Pais  
Lara Martinho  
Liliana Silva  
Margarida Balseiro Lopes  
Odete João  
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista  
Ilda Araújo Novo